

# **Carta da 3ª Oficina para Integração de Procedimentos Operacionais de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos**

Brasília, 22 e 23 de setembro de 2009

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos instituídos pela Lei 9.433/97, que visa, dentre outros objetivos, estimular o uso racional da água e gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação das bacias hidrográficas.

A cobrança não é um imposto, mas um preço público, fixado a partir de um pacto entre os usuários, poder público e sociedade civil, no âmbito dos Comitês de Bacia, com apoio técnico dos órgãos gestores estaduais e da ANA.

Visando apoiar a implementação e operacionalização da Cobrança nas Bacias dos rios Paraíba do Sul, Piracicaba/Capivari/Jundiá, São Francisco/Velhas, Doce e no Estado da Paraíba, bem como compatibilizar as normas e permitir a troca de experiências entre os agentes que estão implementando o instrumento, foi realizada em Brasília, nos dias 22 e 23 de setembro de 2009, a 3ª Oficina para Integração de Procedimentos Operacionais de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.

Participaram da oficina técnicos envolvidos na operacionalização da Cobrança em 10 Unidades da Federação que atuam nas bacias citadas: SP, MG, RJ, BA, PE, AL, SE, DF, ES e PB, bem como representantes das entidades delegatárias/equiparadas de funções de agências existentes nessas bacias: AGEVAP, Agência PCJ e Agência Peixe Vivo.

Os principais desafios identificados na oficina para a implementação e operacionalização da Cobrança nas bacias citadas foram:

- *Integração interna e externa dos Sistemas de Informações de cadastro, outorga e cobrança;*
- *Fortalecimento político do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos;*
- *Infraestrutura necessária;*
- *Quadro de pessoal adequado;*
- *Regulamentação;*
- *Sustentabilidade financeira do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos;*
- *Resistência dos usuários ao pagamento da cobrança;*
- *Dificuldade de aplicação dos recursos da Cobrança;*
- *Risco de metodologias de cobrança muito diferentes entre bacias que dificultem a sua operacionalização;*
- *Existência de particularidades regionais que dificultam a implantação da cobrança.*

Para a superação desses desafios, foram apresentadas as seguintes propostas:

*Integração interna e externa dos Sistemas de Informações de cadastro, outorga e cobrança*

- *Viabilização do cadastro compartilhado, com ampliação da discussão dos dados que farão parte deste cadastro entre a ANA e os Estados;*
- *Criação do dicionário de dados deste cadastro.*

## *Fortalecimento político do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos*

- *Criação e instalação de Comitês de Bacias - com definição dos motivos que chamem a atenção dos entes para a participação nos comitês;*
- *Desenvolvimento de Programas para educação em recursos hídricos no âmbito Federal, Estaduais e Municipais.*

### *Infraestrutura necessária*

- *Aquisição e modernização dos equipamentos;*
- *Criação de unidades descentralizadas dos órgãos governamentais;*
- *Aparelhamento e recursos de custeio para as secretarias executivas dos comitês de bacias.*

### *Quadro de Pessoal Adequado*

- *Criação de programas permanentes de capacitação para os comitês de bacia;*
- *Incentivar a discussão em câmaras técnicas e grupos de trabalho;*
- *Ampliação e capacitação do quadro de funcionários nos órgãos gestores de recursos hídricos;*
- *Criação de planos de carreira específicos para a área de recursos hídricos dos órgãos gestores;*
- *Valorização dos funcionários dos órgãos gestores com salários adequados e benefícios.*

### *Regulamentação*

- *Valorização dos instrumentos de outorga, cobrança e fiscalização;*
- *Explicitação das competências entre Estado, Comitês e Agências;*
- *Rediscutir e definir, de forma compartilhada, o formato das agências de bacia em bacias interestaduais.*

### *Sustentabilidade financeira do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos*

- *Criação/desenvolvimento pelos órgãos gestores de estratégias de implantação ou revisão da cobrança com foco inicial na sustentabilidade financeira do sistema considerando os recursos necessários para viabilizar as ações do plano de recursos hídricos e o custeio do sistema;*
- *Fortalecimento e aparelhamento dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos.*

### *Resistência dos usuários ao pagamento da cobrança*

- *Transparência - divulgação das informações de cobrança, arrecadação e aplicação na internet e outros meios;*
- *Controle social - participação dos usuários na decisão, operacionalização e acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança.*

### *Risco de metodologias de cobrança muito diferentes entre bacias que dificultem a sua operacionalização*

- *Compatibilização das metodologias de cobrança por meio da definição pelo Conselho Nacional e Conselhos Estaduais de mecanismos gerais de cobrança.*

### *Dificuldade de Aplicação dos Recursos da Cobrança*

- *Capacitação dos tomadores pelas agências de bacias e órgãos gestores;*
- *Fomento à elaboração de um banco de projetos, por meio da alocação de recursos financeiros pelos comitês e órgãos gestores;*
- *Aperfeiçoar os procedimentos de aplicação dos recursos da cobrança, por meio da aprovação de planos plurianuais de aplicação;*
- *Aperfeiçoamento dos procedimentos de aplicação dos recursos dos fundos estaduais.*

## *Existência de particularidades regionais que dificultam a implantação da cobrança*

- *Aprofundamento da discussão de uma cobrança específica de acordo com as particularidades regionais por meio da realização de oficinas entre as entidades do sistema.*

Tendo em vista que a efetivação destas propostas é condicionada a decisões em diversos níveis hierárquicos, os participantes da oficina decidiram elaborar e encaminhar esta carta aos diversos agentes envolvidos com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, destacadamente aos dirigentes dos órgãos gestores de recursos hídricos e dos colegiados dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos recomendando que sejam envidados esforços visando à efetivação das propostas apresentadas.

N	Nome	Instituição
1	ALEXANDRE TROVÃO BARBALHO DA SILVA	SGI/ANA
2	ANA CRISTINA DA SILVEIRA	AGB PEIXE VIVO-MG
3	BRENO BERGSON SANTIAGO	SEMARH/SE
4	CECIR BARBOSA DE ALMEIDA FARIAS	AESA - PB
5	CLAUDIA HORNHARDT SIQUEIRA FONSECA	DAEE - SP
6	CLAUDIO PEREIRA	GECOB/SAG/ANA
7	CYBELLE FRAZÃO COSTA BRAGA	AESA - PB
8	DINORAH BARRETO	AESA - PB
9	EDSON GUARACY LIMA FUJITA	AGEVAP
10	EDILSON P. ANDRADE	DAEE - SP
11	EDUARDO PASSETO	SOF/ANA
12	ELBA ALVES SILVA	INGA - BA
13	EMERSON FERREIRA GORDO	DINFO/SAF/ANA
14	FERNANDO LUCAS DE BULHÕES BARBOSA PEIXOTO	SEMARH - AL
15	FLÁVIO ANTONIO SIMÕES	AGEVAP
16	GLAUCIA MARIA OLIVEIRA	GECOB/SAG/ANA
17	GEISON FIGUEIREDO LAPORT	GECOB/SAG/ANA
18	GIORDANO BRUNO BOMTEMPO DE CARVALHO	GECOB/SAG/ANA
19	GRACYRENY R.SANTOS	GECOB/SAG/ANA
20	HENDRIK MANSUR	AGEVAP
21	HUGO FAGNER DOS SANTOS PEDROSA	SEMARH - AL
22	JEFFERSON ALVES LOPES	SRHU/MMA
23	JOSE LUIZ DE SOUZA	DIARR/GEEFI/SAF/ANA
24	JOSÉ MARCÍLIO FONSECA	DAEE/DPO - SP
25	JOSELAINÉ APARECIDA RIBEIRO FILGUEIRAS	IGAM - MG
26	LAUDÍZIO DINIZ	AESA - PB
27	LAURA STELA NALIATO PEREZ	SMA/CRHI
28	LEONILDO EDNILSON URBANO	DAEE/SE/COMITÊS PCJ - SP
29	LUCIANO VILLARINO	DINFO/SAF/ANA
30	LUIZ ROBERTO MORETTI	DAEE/SE/COMITES PCJ - SP
31	MARIA LORENZZA PINHEIRO LEITE	SRH - PE
32	MARIANNE DA SILVA SANTOS	GECOB/SAG/ANA
33	MARISTELA DE LOURDES BARBOSA	DIARR/GEEFI/SAF/ANA
34	MARLI APARECIDA REIS MACIEL LEITE	DAEE - SP
35	MAURICIO PONTES	SOF/ANA
36	MAURICIO CORDEIRO	SGI/ANA
37	MAURÍCIO RIZZO	DAEE - SP
38	MICHEL VIEIRA LAPIP	INEA - RJ
39	MOEMA ACSELRAD	INEA - RJ
40	OSMAN FERNANDES DA SILVA	GERHI/SAG/ANA
41	PATRICK THADEU THOMAS	GECOB/SAG/ANA
42	RAFAEL MACHADO MELLO	ADASA - DF
43	ROBERTO MAXIMIANO PEREIRA	INGA - BA
44	ROBSON MONTEIRO DOS SANTOS	IEMA - ES
45	RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES	SAG/ANA
46	SAMUEL VICTOR CAVALCANTE DA PONTE	DINFO/SAF/ANA
47	SÔNIA DE SOUZA FERREIRA	IGAM - MG
48	TERESA NUNES	INEA - RJ
49	THELMA LUCIA RAMOS DE AMARAL	ADASA - DF
50	TÚLIO BAHIA ALVES	IGAM - MG
51	VALÉRIA FERREIRA BORGES	IGAM - MG
52	VANESSA CRISTINA BORTOLAZZO	AGENCIA PCJ